



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

O ESTADO E A IGREJA

SAO PAULO. 9 DE JUNHO DE 1965.

NO TEATRO MUNICIPAL. DURANTE A SOLENIDADE COM QUE SE INICIARAM AS COMEMORAÇÕES A ANCHIETA.

Ao aceitar o honroso convite para presidir esta sessão, marco inicial das comemorações do Padre José Anchieta, quis expressar o alto apreço do Govêrno ao jesuíta cuja obra admirável de evangelização fêz dêle o Apóstolo do Brasil. «Esta terra é nossa empresa», dissera Nóbrega. E ninguém melhor do que Anchieta lhe ouviu a palavra.

Hoje, volvidos quatro séculos, a Igreja continua a ter no Brasil largo campo de ação espiritual. Nem importa que tanto hajam mudado as condições, a começar pela separação entre o Estado e a Igreja, pois tal circunstância tem também contribuído para o aprimoramento das relações entre o temporal e o espiritual. Podemos mesmo afirmar que, graças à feliz e mútua compreensão, cada qual se conservando no seu âmbito de deveres e objetivos, suprimimos graves motivos de divergências — como ocorreu no Império — evitando que o Estado intervenha na vida da Igreja, do mesmo modo que esta não sofre os prejuízos de se imiscuir nas atribuições daquele. Assim, enquanto o desenvolvimento material está, principalmente, a cargo do Estado, à Igreja cabe, sem dúvida, conquistar e aperfeiçoar os espíritos. O que em nada impede, e até aconselha, que ajude a ação governamental, mediante obras sociais complementares, inclusive no campo educacional.

O Govêrno federal persevera no comportamento que garante os benefícios daquela separação e a conveniência dessa ajuda.

A lei e o próprio bom senso não permitem repartir atribuições financeiras, econômicas ou mesmo educacionais, das quais os úni-

cos responsáveis sejam os detentores da coisa pública. Nem delegar poderes a quem não constitui um órgão de direção ou setor operacional do aparelhamento específico do Estado. Assim se porfia, não só por uma questão de responsabilidade, mas também para se conseguir a máxima eficiência.

Não cabe ao Estado, por outro lado, invadir atribuições em qualquer comunidade religiosa.

Dessa forma, temos assegurado o melhor ambiente para o Govêrno receber aquela ajuda, tão necessária e só possível de ser exercida pelo Bom Pastor.

No participar das boas relações entre o espiritual e o temporal, podemos assim considerar o nosso País como extraordinário exemplo para o mundo moderno, tão cheio de lutas, restrições e mutilações. Mas, graças à maneira por que se formou e existe, o Brasil permanece aberto aos evangelizadores, que se disponham a seguir os ensinamentos de Anchieta, de que se disse, com justiça, que pela nossa Pátria êle «deu a vida, o apostolado, a santidade».